

UMA FONTE, DUAS LEITURAS: NARRATIVA E HISTORIOGRAFIA EM JOSÉ MURILO DE CARVALHO E EM ILMAR DE MATTOS

Data de aceite: 02/05/2024

Vânia do Carmo Rocha
UFF/SEEDUC-RJ

[...] em uma questão que ela mesma reconhece que não se deve considerar de partido, em uma questão inteiramente nacional, parece que os esforços de todos deveriam convergir para convencer o estrangeiro que se quer arrogar o mérito de ter reprimido o tráfico no Brasil, que sua pretensão é injusta, que ele se arroga de um mérito que não tem. (Discurso de Eusébio de Queiros na Câmara dos deputados em 16 de julho de 1852)

Quase dois anos após a aprovação da lei que extinguiu o tráfico, foi publicado, no jornal liberal de oposição, *Correio Mercantil*, a correspondência diplomática relativa ao caso, e nela aparecia o posicionamento do governo inglês, segundo o qual chamava para si todo o mérito da aprovação da lei, devotando à pressão dos seus navios a tomada de medidas efetivas pelo governo brasileiro. Foi no discurso proferido por Eusébio de Queirós, em 16 de julho de 1852, que a versão conservadora tangente à aprovação da lei que extinguiu

o tráfico veio de maneira mais completa. Em sua argumentação Queirós se empenha em duras críticas à oposição, e constrói a ideia de que a extinção do tráfico não se tratava de questão de partido, ou de pressão inglesa, mas era sobretudo uma questão nacional.

As questões que giram em torno da escravidão e do seu fim são um campo fértil para, num primeiro momento, divisar a relação entre o governo imperial e a grande lavoura de exportação, para Carvalho e para Mattos. Entretanto, essas questões abrem espaço a outras possibilidades de análise, isto é, como cada qual, a seu modo, articula a construção de um fato – no caso, o fim do tráfico negreiro – e como cada um leu um mesmo documento – o acima citado discurso de Eusébio de Queirós – resultando em narrativas distintas para pensar de que maneira tais construções e leituras inferem em interpretações tão distintas relativas às forças sociais e políticas que deram o tom e a forma ao Estado imperial. A intenção é pensar, a partir daí, nos percursos narrativos que dão especificidade à leitura que cada um dos autores deu ao Império.

Carvalho avaliza que esta elite política foi condicionada pela educação e treinamento, e isso lhe garantiu coesão e capacidade coletiva para governar, ao passo que também a tornava não representativa da sociedade, pois os grupos latifundiários, a grande lavoura de exportação, não deixavam de ser força econômica relevante ao Império, contudo, seu poder não determinou as ações da elite política, e esta assumiu uma postura reformista frente à escravidão, empenhando-se pela Abolição. Diferente de Mattos, que concebe aqueles que construíram o Estado imperial como pertencentes a uma classe social que se definiu enquanto operava aquela construção, trata-se da classe senhorial. Cujas coesão foi fruto da ação deliberada dos Saquaremas junto à Coroa em fazê-la se perceber como tal a partir de suas lutas, experiências e inimigos em comum. Dessa forma, o empenho saquarema foi o de se colocar como força política capaz de preservar os monopólios que fundaram essa classe senhorial, garantindo a manutenção da escravidão. Vejamos como este debate aparece nos dois livros.

Carvalho trata da política da Abolição para demonstrar o jogo de forças entre o rei e os barões, e mais precisamente, entre o polo burocrático do poder e polo social e econômico. Mostra como, nesse jogo de forças, a Monarquia esvaziou-se de sua base de apoio social e acabou ruindo. “[...] Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo” (CARVALHO, 2003, p. 293). O conjunto de políticas públicas que levou ao fim da escravidão, a Abolição, constituiu, na visão de Carvalho, tema muito pertinente para explorar as relações entre o governo e a classe dos proprietários rurais. A escravidão era importante para o mercado interno, para os espaços urbanos, mas, sobretudo, à grande lavoura de exportação. Diante da Abolição, ficou clara a polarização de interesses e motivações entre burocracia e latifundiários escravistas. A luta pelo fim do tráfico de escravos transatlântico começou em 1807, quando a Inglaterra iniciou longa e agressiva campanha para eliminá-lo (CARVALHO, 2003, p. 293). O Brasil, como país independente, nasceu nesse contexto, dado que o fim do tráfico foi condição diplomática de reconhecimento da Independência. Até 1830, o governo brasileiro resistiu às pressões por considerar inviável a extinção do tráfico, o que, para José Bonifácio, seria um suicídio político, posto que não havia pressão interna nesse sentido.

A análise de Carvalho sobre a política da Abolição (CARVALHO, p. 293-328), alude aos elementos mais importantes para entender o jogo político nacional. No percurso de sua narrativa, começa falando das pressões inglesas pelo fim do tráfico, desde 1807, até o *bill Aderdeen*, em 1845. Enfatiza o quanto a lei de 1850 foi resultado das pressões inglesas, mas revela uma postura do governo distinta dos interesses dos proprietários. Desde 1842, o governo tinha interesse no fim do tráfico, havia pressão inglesa, e já havia esse interesse. Duas décadas depois, a Lei do Ventre Livre foi aprovada num cenário bastante distinto, o que, para Carvalho, indica “que Abolição do tráfico era o máximo a que as lideranças estavam dispostas, ou que lhes era possível” (CARVALHO, p. 304) naquele momento.

Novos debates referentes à questão começaram em 1866, relata Carvalho, por iniciativa da Coroa, com cinco projetos antiescravistas encomendados, submetidos ao Conselho, o Marquês de Olinda sequer discutiu o assunto, na ocasião em que Pedro II respondeu à Junta Francesa de Emancipação que após a guerra contra o Paraguai o governo agiria pela libertação dos escravos, para muitos, foi uma resposta escandalosa. Em 1867, o Conselho de Estado foi ouvido sobre a conveniência da Abolição, a maioria mostrou-se favorável, porém, compreendia não ser o momento oportuno, os mais favoráveis alertavam para os perigos das pressões externas e internas, pelo medo da agitação dos escravos. A recomendação do Conselho foi por aguardar o fim da guerra para dispor de tropas para conter possíveis levantes. Não obstante, a todos, a Abolição imediata parecia impraticável, arruinaria toda a produção, o mais conveniente seria a Abolição gradual. A aprovação da lei de libertação do ventre, com muito esforço, foi marcada pela divisão entre o Norte favorável e o Sul contrário, a ocupação também pesou, os funcionários públicos, cuja maioria vinha do Norte, votaram com o governo. Houve acusação de que o projeto era de inspiração imperial e não nacional. A aprovação da lei de 1871 ocasionou a cisão do Partido Conservador, a dissolução da Câmara, em 1872, e muitas manifestações de fazendeiros e comerciantes (CARVALHO, 2003, p. 313). A situação de 1850 era bem diferente da situação de 1871, na libertação do ventre não existia pressão externa, a iniciativa foi da Coroa. Em 1871, o governo afastou-se das bases socioeconômicas do Estado, e acabou enfraquecendo. Foi um caminho sem volta. É a partir daí que Carvalho situa a crise da Monarquia. Até os Sexagenários e a lei de 1888, o governo mostrou-se dedicado à liberação da mão de obra, enquanto os proprietários colocaram-se sempre contra. A queda da Monarquia está atrelada a isso diretamente. A narrativa de Carvalho é sempre nesse sentido de explicar como governo e proprietários destoavam, principalmente os do Sul cafeeiro.

Carvalho relata que Eusébio de Queirós tentou expor como as intervenções inglesas, em 1825 e 1826, só fizeram o tráfico aumentar, explicou, ainda, “de maneira bastante convincente” que, desde 1848, o Ministério já decidira acabar com o tráfico. Eusébio de Queirós prosseguiu, dizendo que os métodos de Hudson e de Palmerston eram muito criticados, inclusive pelos próprios ingleses, uma vez que, na verdade, apenas dificultaram a ação do governo, haja vista terem despertado “reações nacionalistas a favor do tráfico” (CARVALHO, p. 300), a hostilidade inglesa, argumentou Queirós, só serviu para aumentar a violência. Na ponderação de Carvalho sobre o referido discurso: “ficava então o governo entre a cruz da violência e da pressão moral de um país estrangeiro e a espada do sentimento nacionalista, da força dos traficantes e dos interesses dos donos de escravos”. Queirós discorreu em relação à “lei da necessidade”, a qual todos os homens, sejam liberais, sejam conservadores, tiveram que se curvar, pois, ao passo que sabiam da obrigação moral e legal de encerrar o tráfico, temiam, na mesma medida, suas consequências econômicas. Carvalho sopesa que Eusébio aclarou, em seu discurso, que a situação de 1850 era bem diferente da situação de 1842, visto que, após o *Aberdeen Act*,

houve grande aumento na importação de escravos, a ponto de gerar receios gravíssimos de desequilíbrio entre o número de livres e o número de escravos. Ele acrescentou que os altos juros cobrados pelos traficantes deixavam a propriedade territorial vulnerável às mãos de especuladores e dos próprios traficantes, fato que Eusébio afirmava estar provocando uma revolução nas ideias, mudando a opinião pública. Essa revolução de ideias é colocada em dúvida por Carvalho, para quem, a abundância no número de escravos é que facilitou a decisão de 1850.

Com contornos diferentes dos de Carvalho, Mattos constrói a relação entre Monarquia, escravidão e Abolição como evidência dos obstáculos que o sistema político consolidado com a construção do Estado imperial carregava consigo. Mattos trata o fim do tráfico negreiro intercontinental como o conjunto de transformações que ocorreram na segunda metade do século XIX para mostrar dois movimentos: o primeiro se refere ao esforço pela restauração da moeda colonial, um esforço que teve como marca, no Segundo Reinado, fortes limitações; o segundo movimento demonstrado por Mattos é o do quanto os movimentos dos grupos sociais, as tensões e os conflitos impulsionados por tais movimentos dissolveram a tradicional leitura de causa e efeito que justificava quase de maneira natural a queda da Monarquia. O fim do tráfico intercontinental surge na asseveração de Mattos para sustentar as limitações à restauração da moeda colonial e para mostrar a cisão entre os grupos dirigentes e a própria classe senhorial e, nesse processo, a questão da mão de obra e da terra aparecem vinculadas. Em meados do século XIX, a questão do tráfico negreiro intercontinental despontava em meio à crise do escravismo colonial, marcada pelas pressões inglesas e pelas insurreições crescentes. A contradição gerada dessa crise foi a entrada de um número intenso de africanos no Império. Nesse cenário, Luzias e Saquaremas acusavam-se de conduzir com inabilidade as negociações com a Inglaterra, cujas hostilidades surgiam como uma afronta direta à honra nacional. Sem embargo, foi a colocação da Soberania Nacional no centro da discussão referente ao tráfico negreiro que cumpriu o papel da ação desenvolvida pelos Saquaremas de articular uma disjunção perante o Povo – isto é, a parcela da população apta a governar; a própria classe senhorial –, capaz de justificar as medidas repressivas que foram adotadas, a disjunção em questão era a que contrapunha: ou Soberania Nacional, ou tráfico negreiro intercontinental (MATTOS, 2011, p. 235). O esforço por legitimar essa disjunção se revelou no empenho em atribuir ao governo imperial a decisão de findar o tráfico, e não como uma decisão tomada devido a pressões britânicas. Mattos deixa claro que, no discurso de Eusébio de Queirós, em 1852, essa relação entre Soberania Nacional e a extinção do tráfico fica evidente.

Vamos para a análise que Mattos faz do discurso em questão. Segundo Eusébio, a Lei de Extinção do Tráfico não foi resultado do “canhão britânico, mas também não foi questão política ou partidária, tratava-se de uma questão inteiramente Nacional” (MATTOS, p. 237). O argumento de Eusébio se sustentava na ideia de que o escravo morria, mas as dívidas por sua aquisição permaneciam, assim, os terrenos acabavam sendo hipotecados

aos especuladores, por conseguinte, a propriedade passava das mãos dos agricultores para as mãos de especuladores e traficantes. A poderosa justificativa apelava para o risco da perda da unidade territorial, e para a ameaça à agricultura, fonte de civilização. Eusébio de Queirós destacou que as ações inglesas fizeram intensificar o tráfico, acarretando crescente desequilíbrio entre a população livre e escrava, ameaçando os primeiros. O tema da ordem e da segurança se apresentava, agora, pelo número excessivo de escravos, resultante da ambição dos traficantes e especuladores.

No entendimento de Mattos, era necessário, aos Saquaremas, reprimir o tráfico para garantir a continuidade da escravidão, livre das ameaças britânicas e da perda das propriedades, e enfraquecendo as insurreições negras, de modo que “tentava-se eliminar a extraterritorialidade do mercado de trabalho como condição para preservação do mundo do trabalho” (MATTOS, p. 239). Várias medidas foram tomadas para a repressão do tráfico, no entanto, elas deveriam aparecer como obra da ação civilizadora da Coroa, e não como obra saquarema – ou seja, acima dos partidos e dos interesses imediatos. Se o Império foi criação saquarema, e estes surgiam como a “face iluminada da classe senhorial”, a criatura parecia não compreender o seu criador, dado que, tanto Luzias, quanto Saquaremas, levantaram-se contra a extinção do tráfico com protestos contundentes. Essa separação dentro da classe dirigente fez surgir “o mito do Imperador e da Coroa como os agentes antiescravistas principais dentro do Brasil” (MATTOS, p. 240), conforme notamos na arguição de Carvalho. Para Mattos, o Estado imperial e seus governantes não foram agentes antiescravistas, muito menos mesmo atuaram como fator abolicionista, ao contrário, foi fator crucial na preservação do monopólio da mão de obra, junto a outros monopólios, por uma classe que ele foi obrigado a forjar na restauração, que era a razão de sua existência e da própria classe. A disjunção, Soberania Nacional ou tráfico, revelou a associação íntima entre Império e Escravidão. Tal associação implicou num conjunto de políticas específicas, e que acabou se constituindo em toda a força e fraqueza do Estado imperial, e dos Saquaremas.

Mattos garante que, o que se verifica na investida pelo fim do tráfico negreiro intercontinental era uma tentativa de internalização do mercado de trabalho, pois o Estado imperial queria controlar a qualquer preço este mercado (MATTOS, p. 246). A evidência ao tráfico interno no momento de consolidação do Estado imperial acentuava as contradições entre os interesses dos Saquaremas e os segmentos que se opunham ao tráfico interno, embora defensores da ordem escravista. Do Sul cafeeiro partiram os maiores protestos contra a lei de 28 de setembro de 1871, 20 anos depois, a lei que libertava o ventre notabilizou a mobilização de alguns dos dirigentes imperiais. A preservação da escravidão estava vinculada à própria preservação da unidade e da soberania do Império. Esta conjunção foi articulada pelos Saquaremas, conferiu-lhes força e fraqueza, dada a inevitabilidade do fim da escravidão no correr do século XIX. A força dessa conjunção (Monarquia/Escravidão) assegurou a direção saquarema na construção do Estado imperial e o forjar da própria classe senhorial. Sua fraqueza estava na iminência do fim do estatuto da escravidão, algo previsível, mesmo diante do fim da extraterritorialidade da oferta de mão de obra escrava, haja vista às pressões internas e externas.

Da análise de Mattos sobre o discurso de Eusébio de Queirós vemos que nele houve a construção da disjunção que acabou por atrelar o Império à Escravidão, em outras palavras, a disjunção ou Soberania Nacional ou tráfico negreiro intercontinental. E, quando Eusébio deu esse destaque à questão da Soberania Nacional, no seu discurso, frisou aspectos internos da nação. Não deixou de fazer alusão ao pedido de demissão de 1848, para dizer que tanto a Lei de Extinção do Tráfico quanto aquele pedido de demissão não eram fruto de paixão ou conveniência partidária. Eusébio enfatizou que a lei era questão inteiramente nacional, não tinha a ver com o canhão britânico. As importações contínuas de escravos ameaçam o Império, pois os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e acabavam colocando o território como ameaçado de passar para o controle de dos especuladores e traficantes estrangeiros. Isso porque o tráfico, consoante Eusébio ratificou, desde o *bill Aberdeen*, foi intensificado e gerou desequilíbrio entre a população de livres e escravos. O número excessivo de escravos surgia como ameaça a tranquilidade e à soberania do Império do Brasil. No discurso Eusébio, ficou notório que o gabinete saquarema estava munido de recursos para efetivar a extinção do tráfico. Desta forma, o principal objetivo da Lei Eusébio de Queirós era acabar com o caráter extraterritorial da oferta de mão de obra, e entregar o controle Lei de Extinção do Tráfico de Escravos dessa oferta à Coroa. No tocante à lei de 1871, Mattos versa pouco sobre ela, mas não a considera uma manifestação de postura abolicionista da Coroa. Inserindo no contexto geral da obra *O Tempo Saquarema*, foi graças à ação saquarema que o Estado imperial consolidou-se e a classe senhorial constituiu-se, esse duplo processo foi articulado em meio à restauração da moeda colonial, e apoiou-se na defesa dos monopólios que fundavam a classe; dessa forma, o que observamos em Mattos é que os Saquaremas vincularam a Monarquia à escravidão no momento em que esta vivenciava uma crise, sendo assim, tanto a lei de 1850 quanto a lei de 1871, e as outras leis antiescravistas, dentro da argumentação de Mattos, podem ser vistas como estratégias de prolongamento da escravidão em meio a eminência do seu fim, podem ser entendidas como, de alguma maneira, ações de defensividade que asseguraram a manutenção da escravidão até 1888.

No uso que Carvalho faz do discurso de Eusébio de Queirós, avistamos como a sua tese da dialética da ambiguidade da burocracia imperial se sustentava: a mesma homogeneidade ideológica e de treinamento da elite política imperial que afastou projetos políticos mais radicais e garantiu a unidade territorial do Império, deslocou essa elite política da realidade social e econômica – não era representativa da sociedade –, de modo que a burocracia (da qual Eusébio fazia parte), como parte substancial desta elite política, era a única força política capaz de acabar com a escravidão, entretanto, dependia dessa força de trabalho para subsistir, como o próprio Estado dependia. Na afirmativa de Carvalho, mais do que poder, esta elite política e o governo imperial queriam acabar com a escravidão, e, portanto, desde o fim do tráfico até a lei de 13 de maio de 1888, a postura do governo imperial foi antiescravista. Desse jeito, considerando a argumentação de Carvalho, a escravidão acabou

e a Monarquia acabou logo depois, dando lugar à República, não pelo fato de a Monarquia ter se mostrado falha na conservação da escravidão, mas por ter se empenhado pelo seu fim e por sua postura a esse respeito, descortinando seu afastamento das demandas por representatividade que surgiam no final do século por parte da classe proprietária.

Já no uso que Mattos faz do discurso de Eusébio, vemos ponderações semelhantes com as de Carvalho, tal qual a de que a importação contínua de escravos ameaçava o Império por conta das dívidas contraídas para a aquisição destes, em razão disso, perigava de o território passar para as mãos dos especuladores e traficantes. Outra consideração similar é de que, após do *bill Aberdeen*, o tráfico intensificou-se a ponto de gerar desequilíbrio entre a população de homens livres e escravos, nascendo como uma ameaça à tranquilidade e soberania do Império do Brasil. Mattos vai além desse pontos, na sua análise sobre a alocução de Eusébio, Mattos mostra como a direção saquarema foi articulada associando-se ao interesse nacional, salienta ser uma decisão sem paixão ou conveniência e puramente centrada nos interesses nacionais. Isso sustenta a alegação de Mattos de que o governo saquarema queria acabar com o tráfico para manter a escravidão, queria acabar com o tráfico intercontinental para controlar a questão da mão de obra. Na direção saquarema, as pressões inglesas pelo fim do tráfico surgiram como limites para essa direção, a resposta dessa facção política foi a de internalizar a questão da mão de obra escrava, para mantê-la. O recorte temporal da análise de Mattos não chega a envolver outras leis abolicionistas, apesar de tratar um pouco da libertação do ventre, não se aprofunda, mas podemos expandir o argumento de que se o tráfico foi extinto para se manter a escravidão, a Abolição gradual foi também estratégia à manutenção para o máximo de tempo possível da escravidão. Nesse processo de extensão da escravidão em território nacional, os dirigentes, levando em conta o posicionamento de Mattos, vincularam de tal modo a Monarquia à escravidão, que o fim da última arrastou consigo a primeira.

A explicação de Carvalho resulta na existência de duas forças foram colocadas como contrapostas: de um lado o governo imperial, reformista e antiescravista, empenhado na liberação da mão de obra e da terra, capaz de perceber as necessidades do país no médio e longo prazo; do outro as forças ligadas à lavoura de exportação, os interesses agrários, limitados aos seus interesses imediatos, resistentes a qualquer tipo de mudança. Um enredo que sustenta a ideia de que a elite política não era representativa da sociedade pelo seu nível de esclarecimento e perspectiva, pois, diante dela, estavam os interesses agrários ainda relegados ao atraso, no caso, o atraso da escravidão. Mesmo face a fortes oposições, esta elite política e o governo imperial protagonizaram o fim da escravidão, como um ato heroico em prol de uma causa maior, um ato que pode ser configurado como suicídio político. A escravidão acabou, o governo imperial foi substituído logo depois.

Na argumentação de Mattos, ocorre a inserção do fim do tráfico num conjunto de processos mais amplos relacionados à moeda colonial em restauração e ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. No enredo, toda a ação é dada aos Saquaremas, eles

são os protagonistas dessa História que extingue o tráfico, e somente eles o poderiam fazer; o discurso de Eusébio não convence Mattos de que se tratava de um bem para a humanidade, do interesse nacional acima de tudo. Eles o fazem por interesses escusos, para preservar a escravidão, um mal social que garantiu a ordem e estabilidade política diante da construção do Estado imperial. Os Saquaremas não são heróis nessa narrativa, também não são vilões, é uma trama complexa, na qual não se aplica uma leitura maniqueísta, se para simplificar a leitura é desejável inseri-los dentro de um estereótipo talvez o de anti-heróis, com uma moral dúbia e flexível. O seu desfecho nessa trama se deu quando os Saquaremas foram, enfim, desmascarados: não agiam, afinal, pelos interesses da classe senhorial, agiam pelos interesses próprios ao Sul cafeeiro. E acabou o tempo saquarema.

O enredo colocado acima articula o fato considerado em questão, no caso, o fim do tráfico negreiro, com o restante dos fatos colocados por Carvalho primeiramente, e depois por Mattos. A narrativa é parte constitutiva dos seus textos, e a exageração da leitura dos enredos que situa a elite política como “heróis” e os Saquaremas como “anti heróis”, uma licença poética forçada, cabe dizermos, para avultar que a constituição desse enredo é parte fundamental para a compreensão desses textos. Não é uma exclusividade que se aplica aos livros *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e ao *Tempo Saquarema*, mas a função do enredo como articulação que totaliza a obra, interliga e organiza fatos e dados é parte de qualquer trabalho tomado como historiográfico. As reflexões a esse respeito basearam-se muito nas análises de Paul Ricouer acerca dessa relação entre narrativa e História, e constituem, em boa medida, respostas aos questionamentos vivenciados pela disciplina História desde a chamada virada linguística. Historiadores como Francois Hartog (HARTOG, 2017, p. 12), Ricardo Benzaquém (ARAÚJO, 1999, p. 235-241), e críticos literários como Benedito Nunes (NUNES, 1988, p. 9-35) e Luiz Costa Lima (LIMA, 2006, p. 131-156) ofereceram consideráveis assertivas que põem em relevo a questão da narrativa no trabalho do historiador.

Tanto a obra de Carvalho como a de Mattos configuraram-se como construções a vislumbrar a reconstrução do passado, a reconstrução de um passado “real”, a realidade do passado que é reconstruído se dá pela confiabilidade dos textos, e esta advém da documentação, das fontes, do debate historiográfico, do respaldo teórico, da ocultação do autor – como este apresentado aqui –, neste instante e ato de leitura, o narrador aparece como expectador dos fatos por meio das fontes e dos debates historiográficos, e vai pondo à prova e confrontando umas a outras. É sabido que o narrador é o agente que opera essa interlocução e a transforma em enredo, porém, em nome do rigor científico, não pode aparecer explicitamente no texto. Tomados novamente o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós), as narrativas que os dão sentido, particularizando sua dimensão – sua relevância é claramente acentuada pelos dois autores – são absolutamente distintas, e absolutamente válidas. Não podemos dizer que um ou outro não leu ou não entendeu a fonte ou o fato, todavia, a *mimesis*, para tomar o termo colocado por Ricouer, deu-se por caminhos distintos.

Numa conjectura, se o fim do tráfico e o discurso de Eusébio fossem investigados por algum pesquisador cujo objeto fosse a atuação do partido liberal na política da Abolição, o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós) seriam apreendidos sob outra ótica, a realidade passada a ser reconstruída se totalizaria a partir de outro enredo. Logo, a própria definição do objeto em si, sua delimitação e contornos conferem condicionamento à *mimesis* do historiador. Luiz Costa Lima fala de uma *mimesis*-estigma, quer dizer, de como a apreensão da realidade feita pelo historiador não é necessariamente ativa como *mimesis* poética articulada por Ricouer, e sim condicionada pelo *lugar* do historiador, isto é, o seu espaço de enunciação, contexto, instituição. Nesse caso, o *lugar* como configuração de espaço marca bem uma distinção: Carvalho e Mattos, respectivamente, defenderam suas teses, em 1975, na Universidade de Stanford, e, em 1985, na Universidade de São Paulo, o primeiro ainda em panorama de Guerra Fria, nos Estados Unidos, o segundo vivenciando o processo de redemocratização no Brasil, lugares e momentos que possivelmente expliquem leituras tão distintas sobre o dado fato e a dada fonte – ambos dotados de subjetividades acentuadas por suas próprias trajetórias e pelas épocas distintas com as quais convivem enquanto vivem.

A elite política imperial – esclarecida, reformista e abolicionista – heroica, cujo enredo expressa o drama do derradeiro fim da Monarquia, uma elite e um governo que pecaram por não serem representativos dos interesses dos grandes proprietários, todavia, em seu empenho pelo fim da escravidão, acabou por representar aqueles que não poderiam se fazer representados. E esta foi a sentença de morte da Monarquia, perdeu politicamente no que moralmente triunfou. Os grandes proprietários poderiam, então, fazer-se representados no arranjo da República, o relativo equilíbrio e alternância que configuravam a política no Império (graças a interferência do Poder Moderador) deu lugar a um sistema político mais restrito. No enredo articulado por Carvalho, a elite política era fator de aceleração do tempo, agiria como um catalisador no seu empenho pela construção do Estado e pelo seu teor reformista na política da Abolição, enquanto os fatores socioeconômicos atuariam como elementos de estagnação. A força e a fraqueza dessa elite foi não ser representativa dos interesses agrários. Os Saquaremas, mediante o fim de sua farsa, quando enfim desmascarados, esses anti-heróis, mostraram uma dupla impossibilidade, a de atender, ser emissária das demandas da classe senhorial; e a de salvaguardar os monopólios que fundaram essa classe, sobretudo o monopólio da mão de obra, visto que, em seu caso, a escravidão foi toda a sua força e fraqueza. Como força política construtora do Estado, promotora de uma Civilização e de um espírito de associação, os Saquaremas atuaram, em certo sentido, como aceleradores do tempo. No intento de preservarem os monopólios que edificaram a classe senhorial, empenharam-se numa defensividade, apegados ao estatuto da escravidão, operaram como desaceleradores no viés de manterem os fundamentos coloniais da sociedade imperial. Dentro da própria direção saquarema, forças por mudanças e por continuidades disputavam terreno.

O percurso do marxismo, no Brasil, ao longo do século XX, pode oferecer algumas indicações de reflexão para essa postura de Carvalho e de Mattos de esforço por um afastamento de uma perspectiva estruturalista a respeito do Império brasileiro. Ronaldo P. de Jesus analisa esse caminho, constatando a predominância do pensamento marxista na escrita da história brasileira, pelo menos da década de 1930 até a década de 1990, passadas, então, três décadas de crise, “o predomínio evidente da influência do marxismo na historiografia brasileira ao longo do século XX, parece completa e irreversivelmente superado e aponta simplesmente e aponta simplesmente para o fim de uma tradição historiográfica” (JESUS, 2020, p. 368). Já Elías José Palti situa essa “crise” em anos anteriores aos colocados por Jesus, e entende que esse processo de crise emerge da constante autocrítica própria do pensamento marxista, fazendo com que a noção de crítica seja uma condição permanente e da qual emergem seguidas “crises”, pois “*la historia del marxismo no es sino la de sus sucesivas crisis*” (PALTI, 2010, p. 15), crises que vem sendo sempre refutadas, especialmente porque a manifestação de uma crise conceitual do marxismo se revela constantemente atrelada a uma crise política dada diante um determinado contexto histórico e intelectual. Para Palti, a crise do marxismo relaciona-se a uma crise na própria noção de verdade como resultado do horizonte histórico-conceitual pós-estruturalista (PALTI, p. 205).

De todo modo, Ronaldo Jesus, “antes de jogar a última pá de cal sobre o cadáver da historiografia marxista brasileira”(JESUS, 2020, p. 368), trata da sua trajetória e a constituição de sua identidade ao longo do século XX, traçando linhas gerais para a orientação temática que tendeu a predominar alguns momentos deste século. Entre os anos 1928 e 1929, o III Congresso do Partido Comunista apresentou uma série de teses que salientavam a subordinação do país ao imperialismo, tornado o Brasil uma espécie de “configuração semicolonial, em que a industrialização via-se completamente bloqueada pelo caráter eminentemente agrário da economia baseada na exploração latifundiária das massas camponesas”, daí surgiram questões conceituais que se impunham ao pensamento da esquerda: “feudalismo, capitalismo, imperialismo, colonialismo, agrarismo, industrialismo, bloco operário-camponês e Revolução Burguesa” (JESUS, p. 369). Sob a influência do marxismo, os historiadores brasileiros foram levados a refletirem sobre as heranças do passado colonial, num primeiro momento. Seguidos por um movimento de questionamento à “primazia das variáveis exógenas no processo de estruturação da economia e sociedade no Brasil colonial”, preocupados com o problema da “Revolução Burguesa” no país, pois esta poderia dar um prognóstico do advento da revolução socialista. Entre os historiadores, prevaleceu “a ideia de uma revolução processual, cujas origens remontavam ao processo de emancipação política em 1822” (JESUS, p. 373), dentre os historiadores que seguiram esta linha, Jesus cita Mattos. Após o golpe de 1964, muitos estudos voltaram-se para o tema do populismo, como uma tentativa de “explicar as condições sociais e políticas que antecederam ao golpe militar”. Por seu turno, a historiografia sobre a ditadura tendeu a

colocar os militares “como instrumento da burguesia para efetuar um golpe reacionário e de direita” (JESUS, p. 378), enquanto nas décadas de 1970 e 1980 predominaram estudos voltados à formação histórica das classes trabalhadoras. Mas, a partir da década de 1980, houve demandas generalizadas por uma reflexão histórica capaz de promover a crítica e a superação de conjecturas consideradas estruturalistas. Não é somente historiografia marxista que vivenciou esta crise, Jesus reitera que uma concepção de História como Ciência Social, muito influenciada pelos *Annales*, também entrou em crise na década de 1980.

Nesse rumo, os textos de Carvalho e de Mattos inserem-se num momento de crise dos postulados estruturalistas, dentre os quais o marxismo, cuja predominância na historiografia brasileira orientou temas e abordagens em boa parte do século XX. Isso pode explicar o tipo de interpelação feita pelos autores, uma tentativa de romper com determinações econômicas para explicar os fenômenos políticos. Em ambos os autores, a Revolução Burguesa surge como questão, mesmo que secundária, ou como elemento cuja interpretação a respeito permeia suas percepções sobre a formação do Estado imperial. No caso de Carvalho, trata-se de algo abortado, algo que não aconteceu, e isso explica a limitação na capacidade de mobilização das classes sociais para demandar representação política e participar de maneira efetiva na construção da ordem imperial. No caso de Mattos, a Revolução Burguesa, no Brasil, iniciou o seu processo com a Independência, e estava em curso no correr do século XIX, de forma que a capacidade dos Sqauremas de operarem a formação do Estado imperial e conformar a classe senhorial estava atrelada à sua eficiência em recunhar a moeda colonial e reinserir o Brasil no cenário econômico internacional mediante a expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Predomina, no entanto, um aporte teórico não estruturalista, a ponto de ser reducionista a percepção da obra de Mattos como tão somente uma interpretação marxista da história do império brasileiro, já que não se insere em padrões mecanicistas, fechados, como até então se entendia ser uma historiografia marxista. E de Carvalho se empenhar para articular uma leitura da elite política e da política do império em que a coesão de um grupo é dada pela formação e treinamento, e não por origem de classe social.

As perspectivas analíticas de Carvalho e de Mattos se distanciam pela concepção teórica que distingue as noções aplicadas por eles à elite política imperial e aos Sqauremas, a primeira sustentada pela Teoria das Elites a partir de Pareto e de Mosca, enquanto a segunda se sustenta pelos conceitos de classe social de Thompson e pelo conceito de partido de Gramsci. As escolhas de Carvalho e de Mattos por referenciais teóricos tão distintos para a circunscrição de seus objetos de análise demonstram a percepção diversa que têm a respeito da capacidade de articulação política das classes sociais no Brasil de meados do século XIX. Para Carvalho essa capacidade é mínima, para Mattos é ampla e efetiva. Para Carvalho, a incapacidade de articulação política das classes sociais se dá em realidades sociais em que a Revolução Burguesa não ocorreu e, nesses casos, o papel de construção do Estado foi desempenhado pela burocracia. Consoante Mattos, desde

a Independência, em 1822, a Revolução Burguesa estava em curso, acontecendo, o que explica a capacidade de articulação política da classe senhorial, ou mesmo a existência dessa classe senhorial. Logo, a distinção de interpretação que torna elite política e Saquaremas instâncias teóricas tão distintas tem origem na leitura que Carvalho e Mattos têm sobre a Revolução Burguesa.

As questões a respeito do Estado brasileiro – sua conformação, seus limites, sua natureza – estavam também em voga nos anos 70 e 80 do século XX, isso porque, diante do golpe militar de 1964 e o regime autocrático resultante dele, a frustração com o então presente apontava para o passado em uma busca por uma referência de Estado distinta daquela a que se experimentava no período de 1964 até 1985. Isso explica, em parte, a atenção dispensada nos textos de Carvalho e de Mattos pelo sistema monárquico, pela elite política e pelos Saquaremas – no século XIX se consolidou um Estado liberal, com sistema representativo vigente, com atuação de partidos, estável. Se não era uma democracia, tampouco era uma autocracia. Se não era um passado que servia de exemplo, ao menos inspirava, abria a possibilidade de uma realidade distinta da vivenciada.

A frustração com o presente também sinalizava para o futuro, para uma expectativa de democratização, de retorno de um sistema representativo atuante, nas possibilidades de futuro que se abriam. Os setores mais progressistas viram seu horizonte revolucionário ruir diante da queda do muro de Berlim, e mesmo os que não eram progressistas foram também colocados no imbróglio das incertezas, posto que, o histórico de horrores do século XX lançava dúvidas também acerca do Estado liberal e democrático. As dúvidas e as angústias, que encontraram seu auge na década de 1980, atingiram não só as perspectivas políticas, mas também as ciências sociais como um todo, e a história em particular. Dúvidas e questionamentos levaram aos historiadores a mergulharem numa autocrítica que levou a emergência da história da historiografia – essa crescente autocrítica expandiu-se, no Brasil, mormente, a partir dos anos iniciais do século XXI, e se hoje nos colocamos analisando dois textos como *A Construção da ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema* é porque este trabalho também é fruto desse movimento de autorreflexão que atingiu a história. O desafio é particularmente delicado, posto que não se trata de textos que marcaram uma geração, influenciaram os estudos a respeito do Brasil no século XIX, não são textos que um dia foram referência. Eles ainda o são. O fato é que os textos de Carvalho e de Mattos fazem parte do “aqui” e do “agora”, são obras que carregam fortuna crítica de mais de 30 anos, contudo, ainda explicam o século XIX. O ponto sensível é que elas permanecem em um entre dois tempos, situam-se no presente, não é um passado superado, sobre cuja linguagem e conceitos é preciso fazer uma ponte analítica e tornar inteligíveis ao leitor hodierno. Notamos que, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*, Carvalho e Mattos falam do trajeto e das estratégias que asseguraram a estabilidade de um Estado consolidado, um Estado liberal, que perdurou por quase 70 anos, e que não pode ser visto como um desacerto. Dissertam sobre um Estado marcado

pela continuidade, pela continuidade da elite dirigente, da escravidão, da estrutura colonial, marcado pelo seu restrito alcance territorial, pela exclusão da maior parte da população das decisões políticas. Tratava-se de um Estado sentenciado ao fim pelas amarras que o vinculavam à escravidão. A relação assimétrica que assinalava o posicionamento do Brasil frente às nações desenvolvidas, a estrutura colonial que dessa conexão derivou, isso não foi superado. Falamos aqui de dois passados: o passado sobre o qual Carvalho e Mattos se debruçam; versamos, também, acerca do passado recente que foi o chão de Carvalho e de Mattos, do passado a vislumbrar a democracia, a representatividade e a estabilidade política. *Ainda* são questões.

REFERÊNCIAS

- ANAIS DO PARLAMENTO. Discurso de Eusébio de Queiros na Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-leiusebio-queiroz.-o-trafico-negreiro.-historcio-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850>. Consulta dia 10 de julho de 2023, às 11h.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira?. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0015>.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011. NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988. p. 9-35. PALTÍ, Elías José. *Verdades y saberes del marxismo: Reaciones de una tradición política ante su "crisis"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, 2009.